**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,
REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO, POR INTERMÉDIO DA
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES) E O
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
DE SANTA CATARINA (CEE/SC),
OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO DO
SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)**

Aos onze dias do mês abril do ano de dois mil e cinco, a UNIÃO, representada pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, por intermédio da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), doravante denominada CONAES, localizada na SGAS 607 / Lote 50 / Sala 06 / CEP 70200-670 / Brasília, DF, neste ato representada por seu Presidente, Professor HÉLGIO HENRIQUE CASSES TRINDADE, em conformidade com o parágrafo 4º do art. 7º da Lei nº 10.861, de 14/04/2004 e com a designação estabelecida pelo Decreto de 28/05/2004, publicado no Diário Oficial da União de 31/05/2004, e o GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE/SC), doravante denominado CCE/SC, neste ato representado por seu Presidente, Professor ADELICIO MACHADO DOS SANTOS, firmam o presente instrumento, visando alcançar o objetivo abaixo indicado,

CONSIDERANDO os princípios emanados

- (1) da Constituição Federal, nos termos dos artigos 211º e 24º, inciso IX;
- (2) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em conformidade com os artigos 8º, 9º (incisos VI, VIII e IX, parágrafo 3º) e 10º (incisos III e IV);
- (3) da Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES), em seus artigos 1º (parágrafo 2º) e 6º, inciso IV; e
- (4) do Protocolo de Intenções firmado entre a CONAES e o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação (FNCE), na data de 24 de novembro de

2004, para implementar a colaboração/cooperação no âmbito da avaliação da educação superior,

RESOLVEM celebrar o presente Acordo de Cooperação, de conformidade, no que couber, com a Lei nº 8.666/93 e legislação correlata, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Instrumento o estabelecimento dos termos de cooperação técnica entre os partícipes, visando fixar procedimentos e estabelecer formas de colaboração para a avaliação da educação superior no Estado de Santa Catarina, a ser realizada junto às instituições vinculadas ao CEE/SC segundo o sistema SINAES, mediante acordo entre a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e o Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina (CEE/SC), tendo em vista o regime de cooperação previsto na legislação supramencionada para a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS

Para viabilizar o objeto deste Instrumento, os partícipes se comprometam a:

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – COMPROMISSOS COMUNS ÀS PARTES

Caberá à CONAES e ao CEE/SC:

I – promover estudos, debates, seminários e outras atividades que contribuam para o permanente aperfeiçoamento da avaliação da educação superior;

II – realizar periodicamente, em conjunto, a avaliação do regime de colaboração estabelecido nos termos ora propostos e ações de melhoramento dele decorrentes.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – COMPROMISSOS DO CEE/SC

Caberá ao CEE/SC:

I – assegurar a realização e integração dos instrumentos e das práticas de avaliação do SINAES visando à melhoria da qualidade das instituições de ensino superior do Sistema de ensino do Estado de Santa Catarina;

II – apoiar e reconhecer, nos termos do art. 11, incisos I e II, da Lei nº 10.861/2004, as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), constituídas no âmbito de cada instituição de educação superior, que terão por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo CEE/SC;

III – estabelecer formas de acompanhamento do processo de auto-avaliação das IES no âmbito do Estado de Santa Catarina;

IV – acompanhar dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional e dos cursos, propondo, se necessário, ações complementares segundo a concepção e as dimensões previstas no SINAES;

V – apoiar e orientar a participação das IES na avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE) que integra o sistema de avaliação de cursos e instituições;

VI – estimular docentes do Estado a integrar o banco nacional de avaliadores das comissões externas de avaliação *in loco* das IES, qualificadas e designadas pelo INEP;

VII – assumir, nos termos constitucionais da vinculação federativa, os efeitos regulatórios decorrentes do processo avaliativo do SINAES, podendo adotar critérios e mecanismos previstos para o âmbito federal;

VIII – encaminhar, de comum acordo com a CONAES, recomendações às instâncias competentes, quando pertinentes;

IX – informar periodicamente a sociedade catarinense sobre o desenvolvimento da avaliação da educação superior, estimulando a criação de uma cultura de avaliação nos seus diversos âmbitos;

X – disponibilizar à CONAES relatórios, informações e dados relativo às avaliações das IES visando a melhoria e a integração da educação superior em termos nacionais.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – COMPROMISSOS DA CONAES E DE SEUS ÓRGÃOS EXECUTORES

Caberá à CONAES:

I – estabelecer a articulação com o CEE/SC, determinando ações e indicadores comuns de avaliação da educação superior;

II – promover, com a participação do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria de Educação de Santa Catarina, programas de formação e qualificação visando assegurar a concepção e a metodologia do SINAES;

III – disponibilizar, ao Conselho Estadual de Educação, os relatórios e dados necessários ao bom desempenho da avaliação referentes às IES integrantes do Sistema Estadual de Santa Catarina, de conformidade com o art. 17 c/c art. 10, inc. IV da LDB;

IV – homologar os resultados da avaliação, realizada no âmbito do SINAES, das IES vinculadas ao CEE/SC;

V – subsidiar o CEE/SC para a formulação de políticas de educação superior em médio e longo prazo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – As dotações ou destinações de verbas específicas, por demandas ou projetos que venham a ser objeto de negociação, serão devidamente processadas na forma da lei, sempre com instrumento próprio.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - As despesas necessárias à consecução do objeto deste Instrumento serão assumidas pelos partícipes, dentro dos limites de suas respectivas atribuições, não podendo os partícipes nada exigir um do outro.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento entra em vigor a partir da data de sua assinatura, com vigência de dois (02) anos, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por acordo entre os partícipes.

CLAÚSULA QUINTA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Acordo poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante troca de avisos, com antecedência mínima de trinta dias ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo cada partícipes os respectivos ônus decorrentes das obrigações acordadas.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Instrumento será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, a expensas do Ministério da Educação, de conformidade com o Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

O foro é o da Circunscrição Judiciária de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem os partícipes justos e acordados em suas intenções, firmam entre si o presente instrumento elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presente das testemunhas abaixo nomeadas.

Brasília, 11 de maio de 2004

Hélgio Henrique Casses Trindade
Presidente da CONAES.

Adelcio Machado dos Santos
Presidente do CEE / SC